



Número 3016 • Belo Horizonte, quarta-feira, 05 julho 2023

## SUMÁRIO

Tribunal Pleno.....	1
Secretaria do Tribunal Pleno.....	1
Coordenadoria de Pós-Deliberação.....	1
Coordenadoria de Débito e Multa.....	1
Presidência.....	2
Secretaria-Geral da Presidência.....	2
Coordenadoria de Protocolo e Triagem.....	2
Coordenadoria de Registro e Publicação de Acórdãos e Pareceres.....	3
Segunda Câmara.....	13
Secretaria da 2ª Câmara.....	13
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.....	22

## Tribunal Pleno

### Secretaria do Tribunal Pleno

#### INTIMAÇÃO N. 11621/2023 – DECISÃO EM CONSULTA

Nos termos do disposto no art. 210-B, § 3º, Inciso I da Resolução 12/2008 - RITCEMG, com a redação dada pela Resolução 05/2014, ficam intimados os consulentes abaixo nominados quanto à decisão proferida pelos Exmos. Srs. Conselheiros Relatores, pelo não conhecimento das Consultas:

Relator: CONS. JOSÉ ALVES VIANA

1148656, CONSULTA

Parte(s): SAVIO RODRIGUES DE CARVALHO, Controlador-Geral do Município de Manhuaçu.

Arquivo(s): DECISÃO MONOCRÁTICA

Relator: CONS. SUBST. ADONIAS MONTEIRO

1148657, CONSULTA

Parte(s): RICARDO ANTUNES PEREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa da Serra.

Arquivo(s): DECISÃO MONOCRÁTICA

### Coordenadoria de Pós-Deliberação

#### EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO N. 11556/2023

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais por meio da Coordenadoria de Pós-Deliberação, em conformidade com o disposto no art. 166, §1º, inciso V, da Resolução n. 12/2008, e do despacho do Relator dos autos, faz saber, a todos quantos virem o presente **edital** ou dele tiverem conhecimento, que **intima Hudson Aparecido Pena Arruda**, Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura de Jaíba à época, para que tome ciência do Acórdão emitido nos autos de n. **1041453** disponibilizado no Diário Oficial de Contas de 11/04/2023.

#### ACÓRDÃO

### Coordenadoria de Débito e Multa

#### EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 11.189/2023 E 11.185/2023

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais por meio da Coordenadoria de Débito e Multa, em conformidade com o disposto no artigo **166, §1º, inciso V**, da Resolução nº 12/2008, faz saber, a todos quantos virem o presente **edital** ou dele tiverem conhecimento, que **intima** a(s) parte(s) interessada(s) para efetuar e comprovar o pagamento da Restituição, nos termos do ofício abaixo.

Processo nº: 1.040.545

Natureza: Tomada de Contas Especial

Ano de referência: 2018

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mariana

Parte: LIDER EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÕES LTDA.

INTIMAÇÃO-1 RESTITUIÇÃO- Ofício:  
11.185/2023/CDM

INTIMAÇÃO-2 RESTITUIÇÃO - Ofício:  
11.189/2023/CDM

Resolução nº 12, de 17/12/2008, resolve nomear, em virtude de habilitação em concurso público, referente ao Edital nº 01/2018, publicado no Diário Oficial de Contas de 06/06/18, homologado pela Portaria nº 01/PRES./2019, publicada no Diário Oficial de Contas de 14/01/19, para o cargo de Analista de Controle Externo:

ÁREA DE GRADUAÇÃO/ESPECIALIDADE:  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
6º - LUANNA CAMILLA FERNANDES ALVES

## Presidência

**Ver Anexo:** Resumo da Folha de Pagamento de Pessoal.

### RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

Em cumprimento ao disposto no artigo 114-A, II, da Lei Complementar nº 102/2008, encontra-se publicado, ao final desta edição, Resumo da Folha de Pagamento de Pessoal do mês de abril de 2023.

**Ver Anexo:** Resumo da Folha de Pagamento de Pessoal.

### RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

Em cumprimento ao disposto no artigo 114-A, II, da Lei Complementar nº 102/2008, encontra-se publicado, ao final desta edição, Resumo da Folha de Pagamento de Pessoal do mês de maio de 2023.

## Secretaria-Geral da Presidência

### Coordenadoria de Protocolo e Triagem

#### PROCESSOS DISTRIBUÍDOS PELO CONSELHEIRO PRESIDENTE GILBERTO PINTO MONTEIRO DINIZ

Distribuição feita em 03/07/2023

#### PLENO

#### CONS. WANDERLEY ÁVILA

CONSULTA

1148695, Adelmo de Rezende Moreira

#### PRIMEIRA CÂMARA

#### CONS. SUBST. TELMO PASSARELI

AUDITORIA

1148693, Município de Ribeirão das Neves

#### CONS. AGOSTINHO PATRUS

DENÚNCIA

**Ato/PRES nº 293/2023** - Torna sem efeito, nos termos do § 2º do art. 66 da Lei nº 869, de 05/07/1952, a nomeação, para o cargo de Analista de Controle Externo, do candidato abaixo relacionado, por meio do Ato/PRES nº 240/2023, publicado no “Diário Oficial de Contas” de 27/04/2023, referente ao Edital nº 01/2018, publicado no “Diário Oficial de Contas” de 06/06/2018, por não ter tomado posse em tempo hábil:

ÁREA DE GRADUAÇÃO/ESPECIALIDADE:  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

56º - CRISTIAN DOUGLAS LINHARES DA SILVA

**Ato/PRES nº 294/2023** - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 19 da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17/01/2008 e pelo inciso VI do art. 41 da

1148691

AUDITORIA

1148692, Município de Montes Claros

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

1148689, Município de Nova Lima, AMICI -  
Associação Amigos da Cultura**SEGUNDA CÂMARA****CONS. SUBST. LICURGO MOURÃO**

REPRESENTAÇÃO

1148694

**CONS. SUBST. HAMILTON COELHO**

REPRESENTAÇÃO

1148688

**INTIMAÇÃO Nº 11644/2023****TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

Nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 166 do Regimento Interno, Resolução nº 12, de 2008, ficam os responsáveis pelo envio das tomadas de contas especiais abaixo mencionadas, intimados quanto ao despacho exarado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente desta Corte, Conselheiro Gilberto Diniz, relativo aos pedidos de prorrogação de prazo:

**- Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – SECULT**

- Ofício SECULT/GAB nº 337/2023, protocolizado sob o nº 9000576800/2023 – TCE instaurada por meio da Resolução SECULT nº 11/2023;

- protocolo nº 484301/2023, TCE instaurada por meio da Resolução SECULT nº 9/2023;

- protocolo nº 484401/2023, TCE instaurada por meio da Resolução SECULT nº 13/2023;

- protocolo nº 484201/2023, TCE instaurada por meio da Resolução SECULT nº 10/2023; - Processo administrativo nº 1410.01.0000491/2023-48.

- Responsável pelo órgão instaurador da TCE: Leônidas José de Oliveira, titular da SECULT.

**- Secretaria de Estado de Saúde – SES**

- Ofício SES/GAB-CTCE nº 61/2023, protocolizado sob o nº 493201/2023 – TCE instaurada por meio da Resolução SES nº 8353/2022. Processo administrativo nº 1320.01.0009161/2018-10.

- Responsável pelo órgão instaurador da TCE: Fábio Baccheretti Vitor, titular da SES.

**de Estado de Governo – SEGOV**

- Ofício SEGOV/CPTCE nº 57/2023, protocolizado sob o nº 9000591100/2023 – TCE instaurada por meio da Resolução SEGOV nº 4/2023. Processo administrativo nº 1490.01.0001555/2022-24.

- Responsável pelo órgão instaurador da TCE: Igor Mascarenhas Eto, titular da SEGOV.

**- Fundação de Amparo à Pesquisado do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG**

- Ofício FAPEMIG/CPT nº 7/2023, protocolizado sob o nº 9000530800/2023 – TCE instaurada por meio da Portaria FAPEMIG PRE nº 33/2022. Processo administrativo nº 2070.01.0003810/2022-48.

- Responsável pelo órgão instaurador da TCE: Paulo Sérgio Lacerda Beirão, presidente da FAPEMIG.

**- Instituto Estadual de Florestas – IEF**

- Ofício IEF/DG nº 83/2023, protocolizado sob o nº 9000697500/2023 – TCE instaurada por meio da Portaria nº 69/2022. Processo administrativo nº 1370.01.0020412/2020-12.

- Responsável pelo órgão instaurador da TCE: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins, diretora-geral do IEF.

**Despacho**

A teor das justificativas apresentadas, defiro, parcialmente, os pedidos de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para o encaminhamento das TCE's epigrafadas. Comunico que o esgotamento do prazo, sem a efetiva conclusão da TCE, poderá ensejar responsabilidade solidária, consoante previsto no inciso I do § 1º do art. 51 da Lei Complementar nº 102, de 2008, bem como a aplicação da multa prevista no inciso VII do art. 85 da referenciada lei. Para o encaminhamento da tomada de contas especial, deverão ser observadas as disposições contidas na Decisão Normativa nº 1, de 2020, e no art. 18 da Instrução Normativa nº 3, de 2013. Além disso, a documentação deverá ser apresentada na ordem estabelecida no Anexo 1, Nota de Conferência, da citada instrução normativa.

**Coordenadoria de Registro e Publicação de Acórdãos e Pareceres**

A publicação a seguir vale como intimação das partes e de seus procuradores, nos termos do art. 167 da Resolução n. 12/2008 (RITCMG), com a redação dada pelo art. 25 da Resolução n. 10/2010.

**Processo nº: 1119815**

**Natureza: ACOMPANHAMENTO****Órgão:** Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais (Seinfra/MG)**Exercício:** 2022**Interessados:** Romeu Zema Neto, Pedro Bruno Barros de Souza, Aaron Duarte Dalla, Fernando Scharlack Marcato, Gabriel Ribeiro Fajardo, Vittorio Medioli e Marília Campos**Procuradores:** Sarah Campos, OAB/MG 128.257; Paulo César da Silva, OAB/MG 73.021; Armênio Gonçalves Fantini Júnior, OAB/MG 102.362; Aulus Magalhães de Moraes, OAB/MG 101.866; Bárbara França Brasil, OAB/MG 107.113; Bernardo Vassalle de Castro, OAB/MG 102.051; Eduardo Sebastião dos Santos Almeida, OAB/MG 86.500; Janine Costa Ferreira, OAB/MG 77.545; João Alves de Souza Júnior, OAB/MG 180.161; Kelly Amaral Ribeiro, OAB/MG 102.256; Leonardo Amorim Carlos de Souza, OAB/MG 77.538; Leonardo Brandão Rocha, OAB/MG 102.705; Luciana Policarpo de Abreu, OAB/MG 105.205; Margarida Tergilene Furtado, OAB/MG 72.100; Patrícia Lopes Moraes, OAB/MG 109.820; Rodrigo Moraes dos Santos, OAB/MG 108.982; Rodrigo Santos Pinheiro, OAB/MG 75.568; Rômulo Youiti Simões Nonaka, OAB/MG 111.918; Sílvia Helena Ferreira Coimbra, OAB/MG 99.710; Vanessa Elza Alves Coelho, OAB/MG 114.333; Vinícius Lima Costa, OAB/MG 59.518; Waynel Resende Mendes, OAB/MG 96.800; Ana Paula Flavina Silva Assis, OAB/MG 89.808**MPTC:** Elke Andrade Soares de Moura**Relator:** Conselheiro Cláudio Couto Terrão**Sessão:** 28/06/2023Inteiro Teor**EMENTA:** ACOMPANHAMENTO. PARCERIA PÚBLICO PRIVADA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL. CUMPRIMENTO DO OBJETIVO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

A conclusão da fiscalização da fase licitatória da contratação da Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade concessão patrocinada, para a elaboração de projetos, construção, operação e manutenção do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte enseja o arquivamento dos autos, nos termos do art. 176, inciso IV, do Regimento Interno, uma vez que o processo cumpriu o objetivo para o qual foi constituído.

**Processo nº:** 1127788**Natureza: RECURSO ORDINÁRIO****Recorrente:** Willian Nunes Dornelas, prefeito municipal de Senhora dos Remédios**Processos referentes:** Assunto Administrativo / Multa Apartada n. **1127545**; Acompanhamento da Gestão Fiscal n. **1102324****MPTC:** Maria Cecília Borges**Relator:** Conselheiro Mauri Torres**Sessão:** 28/06/2023Inteiro Teor**EMENTA:** RECURSO ORDINÁRIO. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA PUBLICIDADE DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO. APROVADA QUESTÃO ORDEM. ANULAÇÃO MULTA IMPOSTA ACÓRDÃO PRINCIPAL. PREJUDICADO RECURSO. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO.

1. Anulado, em questão de ordem, o acórdão recorrido e a multa imposta ao recorrente, por se reconhecer que ao estabelecer relação equivocada entre a irregularidade praticada e o dispositivo legal autorizador da aplicação da multa, o Tribunal impede (ou dificulta sobremaneira), intoleravelmente o exercício do direito ao contraditório e a ampla defesa.

2. Declara-se a extinção do processo, sem resolução do mérito, uma vez prejudicado o exame do recurso em face da perda do objeto, com fundamento no art. 176, III, do Regimento Interno deste Tribunal.

**Processo nº:** 1095402**Natureza: RECURSO ORDINÁRIO****Recorrente:** Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**Processo referente:** Representação n. **1040724****Órgão:** Prefeitura Municipal de Morro do Pilar**Interessados:** Vilma Maria Diniz Gonçalves, ex-Prefeita do Município; Paulo César Gonçalves, ex-Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos; Ílder Miranda Costa, ex-Procurador; Maria Cristina de Sá Lage, Presidente da Comissão Permanente de Licitação à época; Camila Santana de Matos e Heide Ferreira da Silva, membros da Comissão Permanente de Licitação à época, e sociedade empresária SGT Serviços Gerais de Transportes Ltda.**Procuradores:** Lívia de Paula Alves Martins Vieira, OAB/MG 101.245; Vítor Fabiano Pedrosa da Silva Vieira, OAB/MG 101.246**MPTC:** Sara Meinberg**Relator:** Conselheiro José Alves Viana**Sessão:** 21/06/2023Inteiro Teor

**EMENTA:** RECURSO ORDINÁRIO. PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. ADMISSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO. MÉRITO. IRREGULARIDADE. FALTA DE ASSINATURA DO LIQUIDANTE NAS NOTAS DE EMPENHO. SUSPEITA DE NÃO REALIZAÇÃO DO SERVIÇO. PRETENSÃO DE DETERMINAÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO DO VALOR INTEGRAL DO CONTRATO E APLICAÇÃO DE MULTA. AUSÊNCIA DE FATO NOVO E DOCUMENTAÇÃO CAPAZ DE REFORMAR A DECISÃO. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO MANTIDA. ARQUIVAMENTO.

Face à ausência de novos fatos e de argumentos capazes de modificar a negativa de ressarcimento ao erário decidida nos autos principais, impõe-se o não provimento do Recurso Ordinário com a manutenção da decisão proferida em seus próprios fundamentos.

**Processo nº:** 1114610

**Natureza:** RECURSO ORDINÁRIO

**Recorrente:** Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Ibertioga

**Processos referentes:** Julgamento da Legalidade das Despesas n. **462626** (**Apenso:** Recurso de Reconsideração n. **655950**)

**Interessados:** Celma Beatriz Martins Fontana, Celso Martins Fontana, Daniel Martins Fontana, Élcio Martins Fontana, Elza Helena Martins Fontana, Néelson Martins Fontana

**Procuradores:** Alexandre José Canuto, OAB/MG 65.703; Ronan Luís de Carvalho, OAB/MG 147.452; Frederico José Nascimento da Silveira, OAB/MG 44.253

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Relator:** Conselheiro Substituto Adonias Monteiro

**Sessão:** 07/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** RECURSO ORDINÁRIO. JULGAMENTO DA LEGALIDADE DAS DESPESAS. PRELIMINAR. ADMISSIBILIDADE. CONHECIMENTO. MÉRITO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO RESSARCITÓRIA. TEMA 899 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FORÇA VINCULANTE DOS PRECEDENTES. JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. RECONHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO. ARQUIVAMENTO.

1. A constitucionalidade dos dispositivos da Lei Complementar Estadual n. 102/2008 que tratam da aplicação dos institutos da prescrição e da decadência

no âmbito deste Tribunal foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI n. 5.384.

2. Nos termos da tese fixada para o Tema n. 899 pelo Supremo Tribunal Federal – STF, é prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário exercida pelo Tribunal de Contas, aplicando-se, enquanto não houver previsão específica em lei, os mesmos prazos estabelecidos para a prescrição da pretensão punitiva, conforme jurisprudência desta Corte de Contas.

3. O Tribunal deve, internamente, respeitar seus próprios precedentes, para garantir estabilidade às decisões proferidas, confiabilidade ao órgão julgador e segurança jurídica aos jurisdicionados.

**Processo nº:** 1127890

**Natureza:** RECURSO ORDINÁRIO

**Recorrente:** Daniel Luiz de Lima Domingos

**Jurisdicionado:** Câmara Municipal de Varjão de Minas

**Interessada:** Maria José Alves, atual Presidente da Câmara Municipal

**Processo piloto:** Assunto Administrativo-Multa/Apartado n. **1127450** (Processo principal: Acompanhamento da Gestão Fiscal n. **1102322**)

**Procuradores:** Joaquim Antônio Murta Oliveira Pereira OAB/MG 139.385, Rodrigo Silveira Diniz Machado CRC/MG 64.291/O, Ricardo Chaves de Castro CRC/MG 63.135/O e Rinaldo Roberto da Silva CRC/MG 119.339/O

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Telmo Passareli

**Sessão:** 19/04/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** RECURSO ORDINÁRIO. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL. ASSUNTO ADMINISTRATIVO. PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF). ADMISSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO. MÉRITO. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO PARA ENCAMINHAMENTO AO TRIBUNAL. DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO DO TRIBUNAL. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL RESPONSABILIZADO POR CONDUTA DO GESTOR ANTERIOR. CARÁTER PERSONALÍSSIMO DA SANÇÃO. RECURSO PROVIDO. DESCONSTITUIÇÃO DA MULTA. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

1. O atraso reiterado no envio de informações referentes à publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF ao Tribunal, a despeito de notificações anteriores,

acarreta a aplicação de multa, nos termos do art. 85, III, da Lei Orgânica.

2. À luz do caráter personalíssimo da sanção, retratado no art. 84 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, apenas a pessoa que tiver concorrido para o fato irregular poderá responder pela conduta que praticou.

**Processo nº:** 1104843

**Natureza:** RECURSO ORDINÁRIO

**Recorrente:** Daniel Santana Soares

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Nova Lima

**Processo referente:** Denúncia n. **1040524**

**Procuradores:** Daniel Santana Soares, OAB/MG 137.785; Ieda Magalhães Vaz de Barros, OAB/MG 42.898

**MPTC:** Cristina Andrade Melo

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 14/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** RECURSO ORDINÁRIO. DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. ADMISSÃO DE PROPOSTA IRREGULAR QUANTO À COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS. ALÍQUOTAS DE PIS/COFINS EM DESACORDO COM AS REGRAS INSCRITAS NA LEI COMPLEMENTAR N. 123/06. APLICAÇÃO DE MULTA.

PRETENSÃO DE DESCONSTITUIR A PENALIDADE, OU DE SUBSTITUI-LA POR RECOMENDAÇÃO. RAZÕES INSUFICIENTES. DESPROVIMENTO.

1. Presentes os pressupostos que legitimam a interposição do recurso, deve-se conhecer do apelo, por ser próprio, tempestivo, e haver sido interposto por parte legítima.

2. Confirma-se a irregularidade da admissão de proposta com cotação incorreta de encargos tributários, sem a realização de diligência junto à licitante para adequar sua composição de preços à legislação de regência, tendo em vista o disposto no art. 17, inciso XII, da Lei Complementar n. 123/06.

**Processo nº:** 1053915

**Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

**Órgão:** Câmara Municipal de Monte Belo

**Partes:** Jorge Luiz Alves Sequalini, Luiz Carlos de Lima, Ricardo Ribeiro do Prado, Aloísio Antônio Boneli Almeida, Antônio Marco Tranches, Vívian Helena Donizete de Castro

**Procuradores:** Júlio César Boneli, OAB/MG 47.826; Andresa Cimene Rabelo de Melo, OAB/MG 185.981;

Lisandro Carvalho de Almeida Lima, OAB/MG 104.783 e Valcimara Maria Moraes, OAB/MG 96.685

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 14/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CÂMARA MUNICIPAL. DESVIO DE RECURSOS MEDIANTE CONFESSA FRAUDE E DOLO POR EX-SERVIDOR MUNICIPAL. DANO AO ERÁRIO. AFETAÇÃO AO PLENO. CONDUTA DELITIVA. CONDENAÇÃO JUDICIAL POR CRIME DE PECULATO. INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL.

A prática confessa de ações delitivas por ex-servidor municipal, resultantes em substancial prejuízo aos cofres públicos, bem como na condenação judicial pelo crime de peculato, legitima a aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança da Administração Pública Estadual e Municipal, conforme previsão estabelecida nos arts. 83, II, e 92 da Lei Complementar n. 102/08.

**Processo nº:** 1074209

**Natureza:** ATO RETIFICADOR DE PENSÃO

**Procedência:** Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

**Beneficiária:** Lydia Conde Baeta da Costa

**Gerador:** Darke Baeta da Costa

**MPTC:** Cristina Andrade Melo

**Relator:** Conselheiro Substituto Adonias Monteiro

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** ATO RETIFICADOR DE PENSÃO. FISCAP. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL. MARCO TEMPORAL. PUBLICAÇÃO. APLICAÇÃO DA DECADÊNCIA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. AVERBAÇÃO.

1. Deve ser observado, no exame dos atos sujeitos a registro deste Tribunal, conforme competência prevista no art. 76, VI, da Constituição Estadual, o disposto no parágrafo único do art. 110-H da Lei Complementar Estadual n. 102/2008, adotando-se, como marco inicial do prazo decadencial, a data de publicação do ato, considerando os princípios da publicidade, da segurança jurídica, da confiança legítima e da razoabilidade, bem como o que ficou decidido no

Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 1098505, na sessão do Tribunal Pleno de 19/5/2021.

2. Verificado o decurso do prazo de cinco anos desde a data de publicação, sendo inexistente a comprovação de indícios de má-fé nos autos, nos termos do art. 110-H, parágrafo único, da Lei Complementar n. 102/2008, a incidência da decadência deve ser reconhecida, de ofício, na forma prevista no parágrafo único do art. 110-A do mesmo diploma legal, e conseqüentemente o ato retificador de pensão averbado, com fundamento no art. 54, III, da Lei Complementar n. 102/2008, c/c o art. 259, do Regimento Interno.

**Processo nº:** 1105038

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Prefeitura Municipal de São José do Alegre

**Aposentando:** Francisca Lina Batista

**Procurador:** Matheus Bustamante Gomes, OAB/MG 154.895

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Adonias Monteiro

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. PREFEITURA MUNICIPAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ APÓS ULTRAPASSADA A IDADE LIMITE DE PERMANÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO. AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO POR MOTIVO DE SAÚDE POR EXTENSO LAPSO TEMPORAL. PERÍCIA MÉDICA REALIZADA TARDIAMENTE. FALTA DE INSCRIÇÃO DA SERVIDORA NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS. IDADE AVANÇADA DA BENEFICIÁRIA. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – LINDB. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. BOA-FÉ. SEGURANÇA JURÍDICA. PROTEÇÃO DA CONFIANÇA. RAZOABILIDADE. REGISTRO DO ATO.

Considerando que determinadas circunstâncias, sob o primado da realidade, não podem ser desconsideradas na atuação das Cortes de Contas, e que a servidora, embora ultrapassada a idade limite de permanência no serviço público, também reuniu os requisitos para a aposentadoria por invalidez, em consonância com o disposto no art. 22, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Lindb, e em observância aos princípios da dignidade da pessoa humana, da boa-fé, da segurança jurídica, da proteção da confiança e da razoabilidade, o ato deve ser registrado, com fundamento no art. 54, I, da Lei

Complementar n. 102/2008, c/c o art. 258, § 1º, I, “a”, do Regimento Interno.

**Processo nº:** 1063952

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentanda:** Maria Rita de Fátima Andrade

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Adonias Monteiro

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. SECRETARIA ESTADUAL. SERVIDOR EFETIVADO SEM CONCURSO PÚBLICO. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 100/2007. SUCESSIVAS RUPTURAS DE VÍNCULO ANTES, À ÉPOCA E APÓS A PUBLICAÇÃO DA EC N. 41/2003. ENQUADRAMENTO DAS REGRAS PREVIDENCIÁRIAS. CONSIDERADA A DATA DA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO. CÁLCULO DOS PROVENTOS DE ACORDO COM O ART. 6º-A DA EC N. 41/2003, ACRESCENTADO PELA EC N. 70/2012. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO.

1. O Supremo Tribunal Federal, em que pese ter declarado a inconstitucionalidade do art. 7º da LC 100/07, reconheceu expressamente a manutenção dos efeitos do acordo celebrado entre a União, o Estado de Minas Gerais e o INSS, homologado pelo Superior Tribunal de Justiça em decorrência do Recurso Especial n. 1.135.162/MG, que reconheceu a vinculação desses servidores ao RPPS estadual.

2. A modulação dos efeitos da decisão do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.876, bem como o disposto na LC n. 100/07, são aplicáveis aos servidores efetivados anteriormente a 19/12/03 (data de publicação da EC n. 41/03), e o direito aos proventos de aposentadoria devem ser calculados com base no art. 6º-A da EC n. 41/03, visto que esses servidores são considerados titulares de cargo efetivo desde a primeira designação para o exercício da função pública, independentemente de ter havido solução de continuidade no vínculo com a Administração.

**Processo nº:** 1083873

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentanda:** Maria Helena Silva Guedes

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Adonias Monteiro

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. SECRETARIA ESTADUAL. PREJUDICIAL DE MÉRITO. MARCO TEMPORAL. PUBLICAÇÃO. AFASTAMENTO DA DECADÊNCIA. MÉRITO. SERVIDOR EFETIVADO SEM CONCURSO PÚBLICO. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 100/2007. SUCESSIVAS RUPTURAS DE VÍNCULO ANTES, À ÉPOCA E APÓS A PUBLICAÇÃO DA EC N. 41/2003. ENQUADRAMENTO DAS REGRAS PREVIDENCIÁRIAS. CONSIDERADA A DATA DA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO. CÁLCULO DOS PROVENTOS DE ACORDO COM O ART. 6º-A DA EC N. 41/2003, ACRESCENTADO PELA EC N. 70/2012. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO.

1. Na apreciação dos atos sujeitos a registro deste Tribunal, consoante competência prevista no art. 76, VI, da Constituição Estadual, deve ser observado o disposto no parágrafo único do art. 110-H da Lei Complementar Estadual n. 102/2008, adotando-se como marco inicial para a contagem do prazo decadencial a data de publicação do ato, nos termos do entendimento fixado por este Tribunal no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 1098505.

2. O Supremo Tribunal Federal, em que pese ter declarado a inconstitucionalidade do art. 7º da LC 100/07, reconheceu expressamente a manutenção dos efeitos do acordo celebrado entre a União, o Estado de Minas Gerais e o INSS, homologado pelo Superior Tribunal de Justiça em decorrência do Recurso Especial n. 1.135.162/MG, que reconheceu a vinculação desses servidores ao RPPS estadual.

3. A modulação dos efeitos da decisão do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.876, bem como o disposto na LC n. 100/07, são aplicáveis aos servidores efetivados anteriormente a 19/12/03 (data de publicação da EC n. 41/03), e o direito aos proventos de aposentadoria devem ser calculados com base no art. 6º-A da EC n. 41/03, visto que esses servidores são considerados titulares de cargo efetivo desde a primeira designação para o exercício da função pública, independentemente de ter havido solução de continuidade no vínculo com a Administração.

**Processo nº:** 1070830

**Natureza:** ATO RETIFICADOR DE PENSÃO

**Procedência:** Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

**Beneficiária:** Zélia Maria Querino Mira

**Gerador:** Paulo Nogueira Mira

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Telmo Passareli

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** ATO RETIFICATÓRIO DE PENSÃO. FISCAP. AVERBAÇÃO DO ATO RETIFICADOR JUNTO AO REGISTRO DO RESPECTIVO ATO CONCESSÓRIO.

Inexistindo apontamento de ilegalidade, determina-se a averbação do ato retificador, junto ao registro do respectivo ato concessório, nos termos do art. 259 da Resolução 12/2008, bem como do inciso III do art. 54 da Lei Complementar 102/2008.

**Processo nº:** 1013318

**Natureza:** ATO REVISIONAL DE APOSENTADORIA EC 70/2012

**Procedência:** Município de Juiz de Fora

**Aposentanda:** Grace Ana Barros Paiva

**MPTC:** Cristina Andrade Melo

**Relator:** Conselheiro Substituto Telmo Passareli

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** ATO REVISIONAL DE APOSENTADORIA. FISCAP. EMENDA CONSTITUCIONAL 70/2012. AVERBAÇÃO DO ATO REVISIONAL JUNTO AO RESPECTIVO ASSENTAMENTO.

Inexistindo apontamento de ilegalidade, determina-se a averbação do ato revisional, junto ao respectivo assentamento, com fundamento no art. 259 da Resolução 12/2008, bem como no inciso III do art. 54 da Lei Complementar 102/2008.

**Processo nº:** 1013339

**Natureza:** ATO REVISIONAL DE APOSENTADORIA EC 70/2012

**Procedência:** Município de Juiz de Fora

**Aposentanda:** Regina Fátima de Castro Fonseca

**MPTC:** Elke Andrade Soares de Moura

**Relator:** Conselheiro Substituto Telmo Passareli

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** ATO REVISIONAL DE APOSENTADORIA. FISCAP. EMENDA CONSTITUCIONAL 70/2012. AVERBAÇÃO DO ATO REVISIONAL JUNTO AO RESPECTIVO ASSENTAMENTO.

Inexistindo apontamento de ilegalidade, determina-se a averbação do ato revisional, junto ao respectivo

assentamento, com fundamento no art. 259 da Resolução 12/2008, bem como no inciso III do art. 54 da Lei Complementar 102/2008.

**Processo nº:** 1029032

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentando:** Durval Ângelo Andrade

**Aposos:** Cancelamento/Atos Concessórios n. **1057647**

**MPTC:** Sara Meinberg

**Relator:** Conselheiro Substituto Telmo Passareli

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. CANCELAMENTO DO ATO CONCESSÓRIO. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA APOSENTADORIA. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO.

A comprovação da anulação do ato concessório da aposentadoria enseja a extinção dos processos sem resolução do mérito e o consequente arquivamento dos autos, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil e do art. 176, III, do Regimento Interno.

**Processo nº:** 1044665

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentando:** Oswaldo Costa de Campos Mello

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Telmo Passareli

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. DECURSO DO PRAZO DECADENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE MÁ-FÉ. RECONHECIMENTO. REGISTRO DO ATO CONCESSÓRIO.

Não caracterizada a má-fé e transcorridos mais de cinco anos desde a publicação da concessão da aposentadoria, o respectivo ato deve ser registrado, nos termos do art. 54, I, da Lei Complementar 102/2008 e o art. 258, § 1º, I, c, do Regimento Interno.

**Processo nº:** 1127098

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais

**Aposentanda:** Almeiris Alves Alcântara

**MPTC:** Daniel de Carvalho Guimarães

**Relator:** Conselheiro José Alves Viana

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. DUPLICIDADE. EXTINÇÃO DOS AUTOS SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ARQUIVAMENTO

Constatada a duplicidade dos autos, impõe-se a extinção do processo sem resolução de mérito, com base no artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil, e o seu arquivamento nos termos do artigo 176, inciso III da Resolução n. 12/2008 – RITCEMG.

**Processo nº:** 1122492

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Instituto de Previdência do Município de Betim

**Aposentanda:** Aurora Machado Romão

**Aposos:** Cancelamento de Aposentadoria n. **1122458**

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Licurgo Mourão

**Sessão:** 06/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. CANCELAMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ARQUIVAMENTO.

O cancelamento do ato concessório pelo jurisdicionado, por contrariar norma legal, impõe a extinção do processo, sem resolução do mérito, por perda superveniente do objeto, e o seu arquivamento, com fulcro no art. 71, § 3º, da Lei Complementar n. 102/2008, c/c art. 176, III, do Regimento Interno, Res. n. 12/2008.

**Processo nº:** 1132198

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentanda:** Cleunice Batista Sousa Silva

**MPTC:** Elke Andrade Soares de Moura

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 06/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro do ato concessório do benefício, a teor do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/2008 c/c art. 258, § 1º, I, *a*, da Resolução TC n. 12/2008.

**Processo nº:** 1132786

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentanda:** Divanilda Pereira de Almeida

**MPTC:** Sara Meinberg

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 06/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro do ato concessório do benefício, a teor do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/2008 c/c art. 258, § 1º, I, *a*, da Resolução TC n. 1

**Processo nº:** 1116022

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem

**Aposentando:** Antônio Lopes Filho

**MPTC:** Elke Andrade Soares de Moura

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 13/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro do ato concessório do benefício, a teor do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/2008 c/c o art. 258, § 1º, I, *a*, da Resolução TC n. 12/2008.

**Processo nº:** 1115050

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis

**Aposentanda:** Maria José de Jesus

**MPTC:** Cristina Andrade Melo

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 13/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGISTRO DO ATO.

Determina-se o registro do ato concessório de aposentadoria, com fundamento no preceito do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/08 c/c o art. 258, § 1º, inciso I, alínea *a*, da Resolução TCEMG n. 12/08.

**Processo nº:** 1136549

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Instituto de Previdência Municipal de Oliveira

**Aposentanda:** Juliana Carvalho de Andrade Teixeira

**MPTC:** Daniel de Carvalho Guimarães

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 13/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro do ato concessório do benefício, nos termos do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/2008, c/c o art. 258, § 1º, I, *a*, da Resolução TC n. 12/2008.

**Processo nº:** 1115557

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Regime Próprio de Previdência Social de Belo Horizonte

**Aposentando:** Grigório Gomes da Silva

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 13/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro do ato concessório do benefício, a teor do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/2008 c/c o art. 258, § 1º, I, *a*, da Resolução TC n. 12/2008.

**Processo nº:** 1128946

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Regime Próprio de Previdência Social de Belo Horizonte

**Aposentanda:** Marcele Figueiredo de Oliveira

**MPTC:** Sara Meinberg

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 13/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro do ato concessório do benefício, a teor do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/2008 c/c o art. 258, § 1º, I, a, da Resolução TC n. 12/2008.

**Processo nº:** 1119142

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentanda:** Carlos Alberto Almeida

**MPTC:** Sara Meinberg

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 13/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro do ato concessório do benefício, a teor do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/2008 c/c o art. 258, § 1º, I, a, da Resolução TC n. 12/2008.

**Processo nº:** 1124600

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentanda:** Raquel Maria Ferreira de Souza

**MPTC:** Daniel de Carvalho Guimarães

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 13/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro do ato concessório do benefício, a teor do art. 54, I, da Lei Complementar n.

102/2008 c/c o art. 258, § 1º, I, a, da Resolução TC n. 12/2008.

**Processo nº:** 1134481

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentando:** Juarene Barbosa Zóia

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 13/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro ato concessório do benefício, nos termos do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/2008, c/c o art. 258, § 1º, I, a, da Resolução TC n. 12/2008.

**Processo nº:** 1134593

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentanda:** Marília Moreira

**MPTC:** Cristina Andrade Melo

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 13/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro do ato concessório do benefício, a teor do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/2008 c/c o art. 258, § 1º, I, a, da Resolução TC n. 12/2008.

**Processo nº:** 1139238

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentanda:** Elizabeth Marie Magalhães Passos

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 13/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro ato concessório do benefício, nos termos do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/2008, c/c o art. 258, § 1º, I, a, da Resolução TC n. 12/2008.

**Processo nº:** 1111466

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Regime Próprio de Previdência Social de Belo Horizonte

**Aposentanda:** Dulcileny Alves Liberato

**MPTC:** Cristina Andrade de Melo

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro do ato concessório do benefício, a teor do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/2008 c/c o art. 258, § 1º, I, a, da Resolução TC n. 12/2008.

**Processo nº:** 894583

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentanda:** Lucyana de Miranda Moreira

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. PRAZO QUINQUENAL. DATA DA PUBLICAÇÃO. CONSUMAÇÃO DA DECADÊNCIA. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

1. O Tribunal adotará a data da publicação do ato como marco inicial para a contagem do prazo decadencial da concessão de aposentadoria, reforma e pensão, consoante decisão proferida nos autos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 1.098.505.

2. Havendo a publicação do ato concessório do benefício ocorrido há mais de cinco anos, configura-se a decadência, prevista no parágrafo único do art. 110-H da Lei Complementar n. 102/08.

3. Determina-se o registro do ato de aposentadoria, com fundamento no preceito do parágrafo único do art. 110-H da Lei Complementar n. 102/08, c/c o art. 258, § 1º, I, c, do Regimento Interno, ante a ausência de comprovação de indícios de má-fé nos autos.

**Processo nº:** 1004384

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentanda:** Neila de Fátima Neves de Assis Silva

**MPTC:** Elke Andrade Soares de Moura

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. PRAZO QUINQUENAL. DATA DA PUBLICAÇÃO. CONSUMAÇÃO DA DECADÊNCIA. REGISTRO DO ATO.

1. O Tribunal adotará a data da publicação do ato como marco inicial para a contagem do prazo decadencial da concessão de aposentadoria, reforma e pensão, consoante decisão proferida nos autos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 1.098.505.

2. Havendo a publicação do ato concessório do benefício ocorrido há mais de cinco anos, configura-se a decadência, prevista no parágrafo único do art. 110-H da Lei Complementar n. 102/08.

3. Determina-se o registro do ato de aposentadoria, com fundamento no preceito do parágrafo único do art. 110-H da Lei Complementar n. 102/08, c/c o art. 258, § 1º, I, c, do Regimento Interno, ante a ausência de comprovação de indícios de má-fé nos autos.

**Processo nº:** 1030013

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentanda:** Silvana Cristina Ribeiro

**MPTC:** Daniel de Carvalho Guimarães

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 20/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. PRAZO QUINQUENAL. DATA DA PUBLICAÇÃO. CONSUMAÇÃO DA DECADÊNCIA. REGISTRO DO ATO.

1. O Tribunal adotará a data da publicação do ato como marco inicial para a contagem do prazo

decadencial da concessão de aposentadoria, reforma e pensão, consoante decisão proferida nos autos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 1.098.505.

2. Havendo a publicação do ato concessório do benefício ocorrido há mais de cinco anos, configura-se a decadência, prevista no parágrafo único do art. 110-H da Lei Complementar n. 102/08.

3. Determina-se o registro do ato de aposentadoria, com fundamento no preceito do parágrafo único do art. 110-H da Lei Complementar n. 102/08, c/c o art. 258, § 1º, I, c, do Regimento Interno, ante a ausência de comprovação de indícios de má-fé nos autos.

**Processo nº:** 1139411

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentanda:** Rosalva da Mota Couto

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 13/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro do ato concessório do benefício, a teor do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/2008 c/c o art. 258, § 1º, I, a, da Resolução TC n. 12/2008.

**Processo nº:** 1140305

**Natureza:** APOSENTADORIA

**Procedência:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Aposentanda:** Yolanda Maria dos Santos Martins

**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria

**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

**Sessão:** 13/06/2023

Inteiro Teor

**EMENTA:** APOSENTADORIA. FISCAP. REGULARIDADE. REGISTRO DO ATO. ARQUIVAMENTO.

Constatada a regularidade da aposentadoria, determina-se o registro do ato concessório do benefício, a teor do art. 54, I, da Lei Complementar n. 102/2008 c/c o art. 258, § 1º, I, a, da Resolução TC n. 12/2008.

## Segunda Câmara

### Secretaria da 2ª Câmara

#### ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA, REALIZADA NO DIA 04 (QUATRO) DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2023 (DOIS MIL E VINTE E TRÊS).

Em 04 (quatro) de julho do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), no Palácio Ruy Barbosa, sede do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no horário regimental, foi aberta a 16ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, presidida pelo Conselheiro Mauri Torres em razão da ausência devidamente justificada do Conselheiro Wanderley Ávila. Presentes, ainda, o Conselheiro José Alves Viana, o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão, o Conselheiro Substituto Hamilton Coelho, a Procuradora do Ministério Público de Contas, Elke Andrade Soares de Moura, e o Secretário Alexandre Pires de Lima.

Inicialmente, foi submetida à apreciação do Colegiado a Ata da Sessão anterior, tendo sido aprovada por unanimidade.

O Conselheiro Presidente registrou a convocação do Conselheiro Substituto Licurgo Mourão para composição de *quórum*, e indagou se haveria impedimentos ou suspeições além daquelas já declaradas.

Conforme consta das transcrições, registrou-se assistência no processo n. 1120205, pelo advogado Rauã Moura Melo Silva - OAB/MG 180663.

#### PAUTA ADIADA NA SESSÃO DO DIA 27/06/2023

#### CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA

#### 1144865, Embargos de Declaração

**Embargante(s):** Paulo Cezar de Almeida

**Parte(s):** Camila Cristina Ferreira, Devanir Ribeiro Damasceno, Joao Batista Rodrigues, Paulo Cezar de Almeida, Radamés Andrade Casseb, Yaroslav Memrava Neto

**Processos referentes: 1141610**, Denúncia, Prefeitura Municipal de Campos Altos, Exercício 2023

**Apenso(s): 1144873**, Denúncia, Prefeitura Municipal de Campos Altos, exercício 2023.

**Procurador(es):** Ana Carolina Sette da Silveira - OAB/SP 404653, Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva - OAB/MG 065573, Fernando Scharlack Marcato - OAB/SP 201220, Lorena Aparecida Goncalves - OAB/MG 180467, Luísa Almeida Dubourcq Santana - OAB/SP 459090, Maria Fernanda Veloso Pires - OAB/MG 058679, Natalia Torquete Moura - OAB/MG 103594

**ADIADA A APRECIÇÃO DOS AUTOS.**

**PAUTA DA SESSÃO DO DIA 04/07/2023**

**CONSELHEIRO MAURI TORRES**

**1101624, Representação**, Prefeitura Municipal de Para de Minas, Exercício 2020

**Representante(s):** Maura Lucia de Faria

**Representado(s):** Elias Diniz, Marluce de Souza Pinto Coelho

**Procurador(es):** Hernando Fernandes da Silva - OAB/MG 117233

**MPTC:** Elke Moura

**DECISÃO:** Aprovado o voto do Relator pela improcedência da representação e arquivamento dos autos.

**1144678, Denúncia**, Agencia de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES, Exercício 2023

**Denunciante(s):** Camila Paula Bergamo

**Denunciado(s):** Lucas Ferreira, Ormeu Rabello Filho

**MPTC:** Elke Moura

**DECISÃO:** Aprovado o voto do Relator pela improcedência da Denúncia e extinção do processo com resolução do mérito.

**1120771, Pctas Executivo Municipal**, Prefeitura Municipal de Pingo D'Água, Exercício 2021

**Parte(s):** Luiz Paulo Coelho

**MPTC:** Sara Meinberg

**DECISÃO:** Aprovado o voto do Relator pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas, com recomendações e determinações.

**Aposentadorias:**

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**

**918590**, Mirian de Fatima Pereira Carvalho

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais**

**1027119**, Lourdes Gonzaga Martins

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Pensão:**

**Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais**

**1027344**, concedida a Inácia Torres de Carvalho beneficiária de Genésio Jose de Carvalho.

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**DECISÃO:** Aprovado o voto do Relator, em prejudicial de mérito, pelo registro dos atos concessórios com determinações e recomendações.

**Pensões:**

**Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais**

**827322**, concedida a Sebastião Geraldo Gonçalves Ferreira beneficiário de Eliomar Lisboa Gonçalves.

**MPTC:** Glaydson Massaria

**Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Coroaci**

**1116420**, concedida a Eduardo Jose Gomes beneficiário de Cleusa Vieira Gomes da Silva.

**Processo(s) referente(s): 1114950**, Pensão, Prefeitura Municipal de Coroaci, Exercício 2021

**MPTC:** Sara Meinberg

**Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais**

**Secretaria de Estado de Governo**

**1119321**, concedida a Maria das Graças Martins Santos beneficiária de Joao Gomes Martins.

**MPTC:** Glaydson Massaria

**Cancelamento/Atos Concessórios:**

**Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais**

**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**

**1079990**, Carlos Alberto dos Santos

**MPTC:** Cristina Melo

**DECISÃO:** Aprovados os votos do Relator pela extinção dos processos sem resolução do mérito.

**CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA**

**1104899**, Representação, Estado de Minas Gerais, Exercício 2021

**Representante(s):** Cristiano Tadeu da Silveira

**Representado(s):** Romeu Zema Neto, Gustavo de Oliveira Barbosa

**Procurador(es):** Arthur Pereira de Mattos Paixao Filho - OAB/MG 050684, Daniel Cabaleiro Saldanha - OAB/MG 119435, Jose Sad Junior - OAB/MG 065791, Mario Eduardo Guimaraes Nepomuceno Junior - OAB/MG 102604, Renata Couto Silva de Faria - OAB/MG 083743, Valmir Peixoto Costa - OAB/MG 091693, Milena Franchini Branquinho, OAB/MG 80.714

**MPTC:** Sara Meinberg

**RETIRADO DE PAUTA.**

**1120205**, Representação, Município de Uberlândia, Exercício 2021

**Representante(s):** Leonir Ferreira de Araújo, Murilo Ferreira Alves, Dandara Tonanzin, Amanda Gondim, Alessandra Marques Zacharias Nunes

**Representado(s):** Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, Tânia Maria de Souza Toledo

**Procurador(es):** Flavio Roberto Silva - OAB/MG 118780, Maria Hilda Andrade Junqueira Leão Carneiro - OAB/MG 167805, Pedro Felipe Naves Marques Calixto - OAB/MG 136471, Rafael Tavares da Silva - OAB/MG 105317, Rauã Moura Melo Silva - OAB/MG 180663, Rodrigo Ribeiro Pereira - OAB/MG 083032, Sergio Luiz Goncalves Sandin - OAB/MG 126398

**MPTC:** Daniel Guimarães

**DECISÃO:** Aprovado o voto do Relator pela improcedência da Representação, sendo extinto o processo com julgamento de mérito.

**1071376**, Tomada de Contas Especial, Câmara Municipal Campo Belo, Exercício 2019

**Parte(s):** Adilson Roberto, Flavio Antônio Bechir, Gerson Naves Vilela, Jose Maria dos Santos Junior, Kaio Lucio Bahia, Luiz Liberio dos Santos, Marcos Vinicio Rodrigues, Marilena Neves dos Passos, Mark Gleison Rodarte, Maruzan Cardoso Vilela, Orlando Neves Bernardes da Silva, Robson Antônio Massote, Rosangela de Sousa Oliveira, Voir Viana da Silveira, Wilson Pimenta de Oliveira

**Procurador(es):** Emerson Bastos Saldanha Junior - OAB/MG 116652

**MPTC:** Glaydson Massaria

**VISTA CONCEDIDA AO CONSELHEIRO MAURI TORRES.**

**Aposentadoria:**

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**

**1009337**, Renata Cristina da Silveira Anastácio

**MPTC:** Sara Meinberg

**DECISÃO:** Aprovado o voto do Relator, em prejudicial de mérito, pelo reconhecimento da decadência e registro do ato concessório.

**Aposentadoria:**

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**

**1083902**, Luiz Carlos de Andrade

**MPTC:** Sara Meinberg

**DECISÃO:** Aprovado o voto do Relator pelo registro do ato concessório de aposentadoria.

**CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA**

**1127873**, Denúncia, Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, Exercício 2022

**Denunciante(s):** Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli

**Denunciado(s):** Gilmar Caetano da Silva, Rhenys da Silva Cambraia, Stefany Aparecida de Sousa

**Procurador(es):** Rodrigo Ribeiro Marinho – OAB/SP 385843, João Luís Castro – OAB/SP 248871

**MPTC:** Elke Moura

**1128008, Denúncia,** Prefeitura Municipal de Martinho Campos, Exercício 2022

**Denunciante(s):** Santa Cruz Empreterimento Ltda.

**Denunciado(s):** Álvaro Cordeiro Lino, Benedito Carlos Rios, Igor Junior Santos, Jakline Aparecida Lemos Pereira dos Santos, Joana Darc Campos, Simone Maria Teixeira, Thiery Samuel Lucas Adriano da Silva, Wilson Correa Alves Afonso de Carvalho

**Procurador(es):** Samuel Faustino de Oliveira - OAB/MG 205440, Yurigan Keilor Lopes Magalhaes – OAB/MG 220238

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**1141384, Denúncia,** Prefeitura Municipal de Alvinópolis, Exercício 2023

**Denunciante(s):** Geovam Alves da Silva, W F Empreendimentos & Construções Divinense Eireli

**Denunciado(s):** Livia do Espirito Santo Carneiro, Maurosan Goncalves Machado, Simone Aparecida Magalhaes Guimaraes

**MPTC:** Maria Cecília Borges

#### **Ato Revisional de Aposentadoria EC 70/2012:**

**Instituto de Previdência Municipal de Araxá**

**1014707,** Maria Jose Ramos Ferreira

**MPTC:** Glaydson Massaria

#### **Ato Retificador de Pensão:**

**Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais**

**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**

**1097823,** concedida a Eunice Inocêncio Mesquita beneficiária de José Adelino Mesquita.

**Processo(s) referente(s): 1083702,** Pensão, Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Exercício 2019

**MPTC:** Sara Meinberg

#### **Cancelamento/Atos Concessórios:**

**Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais**

**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**

**1143373,** Edney Jose de Albergaria

**MPTC:** Sara Meinberg

#### **Aposentadorias:**

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**

**883913,** Maria do Socorro Ramos

**MPTC:** Elke Moura

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**

**947373,** Julia Alves dos Santos

**MPTC:** Cristina Melo

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**

**972534,** Delma dos Anjos Vilela Ferreira

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**

**1052724,** Maria Ifes Madureira Campos

**MPTC:** Elke Moura

#### **Pensões:**

**Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais**

**968897,** concedida a Maria Nunes da Costa beneficiária de Jayme Maria da Costa.

**MPTC:** Sara Meinberg

**Prefeitura Municipal de Ipatinga**

**1050103,** concedida a Chirley Gomes da Silva beneficiária de Joao Damaceno Ribeiro.

**MPTC:** Daniel Guimarães

#### **Aposentadorias:**

**Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis**

**Prefeitura Municipal de Divinópolis**

**1141763,** Jose Martins Vargas

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Instituto de Previdência do Município de Betim  
Município de Betim**

**1142128**, Elaine Alves Fonseca

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**RETORNO DE VISTA**

**Relator: Conselheiro Subst. Licurgo Mourão**

**1066677, Representação**, Prefeitura Municipal de Juramento, Exercício 2019

**Representante(s):** Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais

**Parte(s):** Wendel Pereira de Souza

**Apenso(s): 1084601**, Edital de Concurso Público, Prefeitura Municipal de Juramento, exercício 2019, **1084600**, Edital de Concurso Público, Prefeitura Municipal de Juramento, exercício 2019.

**Procurador(es):** Antônio Adenilson Rodrigues Veloso - OAB/MG 016750, Genildo Cardoso de Moura - OAB/MG 070556, Lucinea Dias - OAB/MG 102720

**MPTC:** Daniel Guimarães

**ADIADA A APRECIÇÃO DOS AUTOS.**

**CONSELHEIRO SUBSTITUTO LICURGO  
MOURÃO**

**1084361, Denúncia**, Hospital Metropolitano Odilon Behrens, Exercício 2020

**Denunciante(s):** Atmosfera Gestão e Higienização de Texteis S.A.

**Parte(s):** Danilo Borges Matias, Guilherme José Antonini Barbosa, Edmundo Souza Lima Caldoncelli Franco, Maria Aparecida Dias Oliveira

**MPTC:** Glaydson Massaria

**DECISÃO:** Aprovada a proposta de voto do relator pela procedência parcial da denúncia, com as recomendações constantes da fundamentação.

**1144646, Denúncia**, Prefeitura Municipal de Serro, Exercício 2023

**Denunciante(s):** Augusto Pneus Eireli

**MPTC:** Glaydson Massaria

**1114489, Representação**, Prefeitura Municipal de Capelinha, Exercício 2022

**Representante(s):** Luciano Costa Barbosa

**Representado:** Tadeu Filipe Fernandes de Abreu

**Procurador(es):** Fernanda Di Pietro – OAB/MG 124179, Flávia Roberta Barbosa Frois – OAB/MG 79591, Joice Costa Maciel – OAB/MG 119757, Karine Barbosa Caldeira – OAB/MG 179079, Leticia Pimenta da Silva - OAB/MG 179055, Raphael Evaristo Rodrigues - OAB/MG 193333

**MPTC:** Cristina Melo

**DECISÃO:** Aprovadas as propostas de voto do relator pela improcedência dos apontamentos e extinção dos feitos, com resolução do mérito.

**1135639, Denúncia**, Prefeitura Municipal de Cachoeira de Pajeú, Exercício 2023

**Denunciante(s):** Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

**Parte(s):** Geraldo Duarte de Sousa, Patrícia Pinheiro

**Procurador(es):** Caio César Cardoso Almeida – OAB/MG 148395, Jean Mario Santos Ferreira – OAB/SP 471792, Mateus Barbosa Couto - OAB/SP463494, Mateus Cafundo Almeida – OAB/SP 395031, Rayza Figueiredo Monteiro – OAB/SP 442216, Renato Lopes – OAB/SP 406595 B, Renner Silva Mulia – OAB/SP 471087, Rodrigo Antônio Urias Martins – OAB/SP 474016, Vinicius Eduardo Baldan Negro – OAB/SP 450936

**MPTC:** Sara Meinberg

**1127761, Denúncia**, Departamento Municipal de Água e Esgoto João Monlevade, Exercício 2022

**Denunciante(s):** Antigua Materiais Para Saneamento Ltda.

**Parte(s):** Gilmar Rodrigues da Silva, José Afonso Martins, Marcelo Heleno da Silva,

**Procurador(es):** Elisângela Patrícia Alves Pires Berto - OAB/MG 076873, Vitor Guilherme Aguiar Barretta – OAB/.SC 46912, Wantuil Pires Berto Junior - OAB/MG 072075

**MPTC:** Sara Meinberg

**1135398, Denúncia**, Prefeitura Municipal de Prudente de Moraes, Exercício 2022

**Denunciante(s):** Valmor Simas Junior – OABSC 39289

**Parte(s):** Claudiney Araújo, Jocimar César Brandão, José Evangelista dos Santos

**MPTC:** Daniel Guimarães

**DECISÃO:** Aprovadas as propostas de voto do relator pela extinção dos processos sem resolução do mérito, em face da ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular.

**1127826, Tomada de Contas Especial,** Prefeitura Municipal de Santa Efigênia de Minas, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - Seinfra, Exercício 2010

**Parte(s):** Rildo Carvalho da Cunha, João Abnir Pinho de Souza

**MPTC:** Elke Moura

**1102213, Tomada de Contas Especial,** Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, o Grupo de Integração Social, Apoio ao Portador de HIV/AIDS e Informações Gerais – GRUPO VHIVER, Exercício 2017

**Parte(s):** Valdecir Fernandes Buzon

**MPTC:** Glaydson Massaria

**DECISÃO:** Aprovadas as propostas de voto do relator reconhecendo a prescrição da pretensão punitiva e da pretensão ressarcitória, sendo extintos os processos com resolução do mérito. Vencido em parte o Cons. Hamilton Coelho.

**1046945, Pctas Executivo Municipal,** Prefeitura Municipal de Cedro do Abaete, Exercício 2017

**Parte(s):** Luiz Antônio de Sousa

**Procurador(es):** Ricardo Chaves de Castro – CRC/MG 63135/O, Rinaldo Roberto da Silva – CRC/MG 119339/O, Rodrigo Silveira Diniz Machado – CRC/MG 64291/O

**MPTC:** Glaydson Massaria

**1053980, Pctas Executivo Municipal,** Prefeitura Municipal de Águas Formosas, Exercício 2017

**Parte(s):** Alfeu Oliveira Amador Filho

**MPTC:** Glaydson Massaria

**DECISÃO:** Aprovadas as propostas de voto do relator pela emissão de pareceres prévios pela aprovação das contas, com as recomendações constantes de cada fundamentação.

**1104045, Pctas Executivo Municipal,** Prefeitura Municipal de Coqueiral, Exercício 2020

**Parte(s):** Rossano de Oliveira

**MPTC:** Sara Meinberg

**DECISÃO:** Aprovada a proposta de voto do relator pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas, com as recomendações constantes na fundamentação.

**1047474, Pctas Executivo Municipal,** Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim, Exercício 2017

**Parte(s):** Jefferson Benedito Renno

**Procurador(es):** Joao Paulo da Costa – OAB/SP 232223

**MPTC:** Glaydson Massaria

**1104576, Pctas Executivo Municipal,** Prefeitura Municipal de Almenara, Exercício 2020

**Parte(s):** Ademir Costa Gobira

**MPTC:** Cristina Melo

**DECISÃO:** Aprovados os votos do Conselheiro José Alves Viana pela emissão de pareceres prévios pela aprovação das contas.

**1104532, Pctas Executivo Municipal,** Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas, Exercício 2020

**Parte(s):** Aline Teixeira

**Procurador(es):** Joel Goncalves Jardim - OAB/MG 131809

**MPTC:** Glaydson Massaria

**969052, Pctas Executivo Municipal,** Prefeitura Municipal de Senador Amaral, Exercício 2014

**Parte(s):** Lairto Antônio de Almeida

**Procurador(es):** Bianca Rodrigues Pereira - OAB/MG 186379, Edilaine Cristina Aidukas - OAB/MG 110326, Joao Luiz Lopes - OAB/MG 092213, Jose Geraldo Silva - OAB/MG 188320, Luís Otavio Fernandes Alves - OAB/MG 176387, Nathan Cunha Dutra, Thamiris Pamala da Silva Cavalcanti - OAB/MG 152411, Wellington Ricardo Sabiao - OAB/MG 104744

**MPTC:** Elke Moura

**VISTA CONCEDIDA AO CONSELHEIRO MAURI TORRES.**

**Aposentadorias:**

**Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Visconde do Rio Branco - Fumprev**

**1116544**, Geraldo Lopes de Jesus

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Instituto de Previdência do Município de Extrema -  
Prevextrema**

**1116877**, Cristina Maria Dantas Souza

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**

**1133237**, Eneas Oliveira de Almeida

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**

**1139300**, Dilma de Fatima Martins Guedes

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Entidade Municipal de Instituto de Previdência dos  
Servidores Públicos do Município de São Francisco  
- Ipremsaf**

**Prefeitura Municipal de São Francisco**

**1142229**, Geralda Barbosa de Farias

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Fundo de Previdência dos Servidores do Município  
de Contagem**

**Município de Contagem**

**1116035**, Sonia Reis Souza

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do  
Município de Campanha**

**1123081**, Sandra Isabel de Lima

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Instituto de Previdência do Município de Betim  
Município de Betim**

**1116571**, Roberto Goncalves

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**

**1144262**, Mary Terezinha Goncalves Pereira

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Pensões:**

**Iprem - Instituto de Previdência Municipal de  
Patos de Minas**

**1108490**, concedida a Calimerio Severino Raimundo  
beneficiário de Ivany Martins Raimundo.

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Instituto de Previdência dos Servidores Militares de  
Minas Gerais**

**1113413**, concedida a Maria Pereira Mafra beneficiária  
de Gilson Francisco Mafra.

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**DECISÃO:** Aprovadas as propostas de voto do relator  
pelo registro dos atos concessórios.

**Aposentadoria:**

**Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais**

**1027087**, Sandra Maria da Silva Marques

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Pensão:**

**Instituto de Previdência dos Servidores Militares de  
Minas Gerais**

**932033**, concedida a Maria Jose Nunes Marinho  
beneficiária de Alberto Augusto dos Santos.

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**DECISÃO:** Aprovadas as propostas de voto do relator  
pelo reconhecimento da decadência e consequente  
registro dos atos concessórios.

**Aposentadoria:**

**Instituto Municipal de Previdência dos Servidores  
Públicos de Padre Paraíso**

**1116233**, Maria Clarice Souto Barbosa

**MPTC:** Daniel Guimarães

**VISTA CONCEDIDA AO CONSELHEIRO  
MAURI TORRES.**

**Aposentadoria:**

**Câmara Municipal de João Monlevade**

**1008604**, Maria Goretti Cota Martins

**MPTC:** Sara Meinberg

**VISTA CONCEDIDA AO CONSELHEIRO MAURI TORRES.**

**CONSELHEIRO SUBSTITUTO HAMILTON COELHO**

**1119729, Representação,** Prefeitura Municipal de Onça de Pitangui, Exercício 2022

**Representante(s):** João Batista Braga de Freitas

**Representado(s):** Gumercingo Pereira

**Procurador(es):** Janice Carvalho Alves de Santana - OAB/MG 125193

**MPTC:** Daniel Guimarães

**1144688, Denúncia,** Prefeitura Municipal de Bambuí, Exercício 2023

**Denunciante(s):** Constroi Gomes Ltda.

**Denunciado(s):** Olivio Jose Teixeira, Paulo Mendonca da Silva

**Procurador(es):** Gustavo Penchel Moreira Senna - OAB/MG 156914

**MPTC:** Elke Moura

**DECISÃO:** Aprovadas as propostas de voto do relator pela improcedência da representação e da denúncia.

**1112599, Denúncia,** Prefeitura Municipal de Capitólio, Exercício 2021

**Denunciante(s):** Euler Almeida Lacerda

**Denunciado(s):** Ana Paula de Pádua Pristo Almeida, Claudio Henrique Mesquita Júnior, Cristiano Geraldo da Silva, Élcio Marques Santos, Julia Carvalho Machado, Michele Ribeiro dos Passos Souza

**MPTC:** Elke Moura

**DECISÃO:** Em preliminar, aprovada a proposta de voto do relator acolhendo a arguição de ilegitimidade passiva de Élcio Marques Santos, excluindo-o da relação processual. No mérito, aprovada a proposta de voto do relator pela improcedência da denúncia.

**1120231, Denúncia,** Prefeitura Municipal de Congonhas, Exercício 2022

**Denunciante(s):** Tercix Terceirização de Mao de Obra Eireli – Me

**Denunciado(s):** Rodrigo Silva Mendes Fernando Augusto Baia de Paula

**Procurador(es):** Dayane Antonaci Moreira Goncalves - OAB/MG 201520, Leonardo Oliveira Altesf - OAB/MG 103914, Thomas Lafeté Alvarenga - OAB/MG 124342

**MPTC:** Sara Meinberg

**1144879, Denúncia,** Consorcio Intermunicipal de Saúde do Norte de Minas - Cisnorte, Exercício 2023

**Denunciante(s):** BK Instituição de Pagamentos Ltda.

**Denunciado(s):** Danilo Wagner Veloso, Delson Fernandes Antunes Júnior, Thais Braga Botelho

**MPTC:** Sara Meinberg

**DECISÃO:** Aprovadas as propostas de voto do relator pela extinção dos processos sem resolução do mérito.

**1120064, Pctas Executivo Municipal,** Prefeitura Municipal Varzelândia, exercício 2021

**Parte(s):** Valquíria Rodrigues Cardoso

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**DECISÃO:** Aprovada a proposta de voto do relator emissão de parecer prévio pela aprovação das contas, sem prejuízo das recomendações inseridas na fundamentação.

**Aposentadorias:**

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais  
1009840,** Maristela Mauricio de Freitas

**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais  
1036194,** Daniel Diogo de Pádua

**MPTC:** Sara Meinberg

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais  
1036217,** Suelly Gonçalves Damasceno

**MPTC:** Daniel Guimarães

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais  
1044782,** Dilema Pereira da Silva

**MPTC:** Elke Moura

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**  
**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**  
**1051993**, Sandra Rodrigues da Silva  
**MPTC:** Maria Cecília Borges

**DECISÃO:** Aprovadas as propostas de voto do relator, em prejudicial de mérito, pelo reconhecimento da decadência e consequente registro dos atos concessórios.

**Aposentadorias:**

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**  
**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**  
**1057237**, Terezinha de Oliveira Anastácio  
**MPTC:** Glaydson Massaria

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**  
**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**  
**1057293**, Ineli Gonçalves Ferreira de Almeida  
**Processo(s) referente(s): 1057292**, Aposentadoria, Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Exercício 2018  
**MPTC:** Elke Moura

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**  
**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**  
**1081277**, Selma Aparecida Miranda Ferreira  
**MPTC:** Glaydson Massaria

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**  
**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**  
**1087913**, Simone de Oliveira Felipe  
**MPTC:** Daniel Guimarães

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**  
**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**  
**1087960**, Gervásio João de Almeida  
**MPTC:** Daniel Guimarães

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**  
**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**  
**1087978**, Stael Fátima dos Santos Marra  
**MPTC:** Daniel Guimarães

**Município de Belo Horizonte**  
**1089626**, Monica Cristina Barreto de Oliveira

**MPTC:** Glaydson Massaria

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**  
**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**  
**1132515**, Celia Candido da Silva  
**MPTC:** Maria Cecília Borges

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**  
**Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**  
**1140258**, Eunice Alves Carneiro Gomes  
**MPTC:** Glaydson Massaria

**Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Guarani**  
**1142615**, Ronaldo Ferreira de Oliveira  
**MPTC:** Cristina Melo

**DECISÃO:** Aprovadas as propostas de voto do relator pelo registro dos atos concessórios.

**MATÉRIA EXTRAPAUTA**

**CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA**

**1148576, Denúncia** oferecida por Marcel Willian Godinho Corrêa, OAB/MG n. 141089, em face de possível irregularidade no Edital do Concurso Público n. 1/2023, promovido pela Câmara Municipal de Boa Esperança.

**DECISÃO:** Referendada a decisão que determinou a suspensão cautelar do Concurso Público n. 1/2023, devendo ser retificado e republicado o edital conforme fundamentação.

Na sequência, o Conselheiro Jose Alves Viana destacou a perda recente de dois grandes mineiros: **Alysson Paolinelli**, agrônomo, Secretário Estadual de Agricultura, Deputado Federal constituinte e Ministro de Estado; e **Sepúlveda Pertence**, grande jurista, Procurador-Geral da República e Ministro do STF, tendo sido acompanhado, nessa manifestação de pesar, pelos demais Conselheiros e pela procuradora do Ministério Público presentes à sessão.

Ultrapassada a matéria extra pauta, o Conselheiro Mauri Torres convocou os membros do Colegiado para a próxima Sessão Ordinária a ser realizada no dia 11/07/2023, às 10 horas, e declarou encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pelo Secretário e pelo Conselheiro Presidente. Plenário Governador Milton Campos, no dia 04 (quatro) de julho de 2023 (dois mil e vinte e três).

## **INTIMAÇÕES**

### **INTIMAÇÃO N° 11581/2023**

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – Secretaria da Segunda Câmara, em conformidade com o disposto no art. 166, § 1º, inciso I, da Resolução TC n° 12/2008, intima as partes do despacho exarado pelo Conselheiro Wanderley Ávila, em face do pedido constante do documento protocolizado sob o n° 9000523200/2023, referente ao processo abaixo relacionado:

Processo: **1115240**

Natureza: Aposentadoria

Beneficiário: Saturnino Pinto dos Santos

Intimado: André Luiz Goulart, Diretor-Geral do Instituto de Previdência Municipal de Uberlândia – IPREMU

Decisão: Deferido o pedido de dilação de prazo por 30 (trinta) dias, para que regularize as informações enviadas. Comunico-lhe que, o descumprimento desta determinação, no prazo acima indicado, **poderá ensejar a negativa de registro do ato e aplicação pessoal de multa.** Cientifico-lhe, por fim, que o presente despacho e demais documentos produzidos no Tribunal estão disponíveis no Portal do TCEMG e que a sua manifestação e demais documentos deverão ser **encaminhados pelo FISCAP.**

### **INTIMAÇÃO N° 11596/2023**

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – Secretaria da Segunda Câmara, em conformidade com o disposto no art. 166, § 1º, inciso I, da Resolução TC n° 12/2008, intima as partes do despacho exarado pelo Conselheiro Wanderley Ávila, em face do pedido constante dos documentos protocolizados sob os n°s 483101/2023 e 481902/2023, referente ao processo abaixo relacionado:

Processo: **1129724**

Natureza: Pensão

Aposentando: Ismael Aparecido Vargas

Intimada: Marcilena Jacinto Queiroz, Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Patrocínio - IPSEM

**Decisão: Deferido** o pedido de dilação de prazo por **30 (trinta) dias**, para que regularize as informações no sistema FISCAP. Comunico-lhe que, o descumprimento desta determinação, no prazo acima indicado, **poderá ensejar a negativa de registro do ato e aplicação pessoal de multa.** Cientifico-lhe, por fim, que o presente despacho e demais documentos produzidos no Tribunal estão disponíveis no Portal do TCEMG e que a sua manifestação e demais documentos deverão ser **encaminhados pelo FISCAP.**

### **INTIMAÇÃO N° 11581/2023**

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – Secretaria da Segunda Câmara, em conformidade com o disposto no art. 166, § 1º, inciso I, da Resolução TC n° 12/2008, intima as partes do despacho exarado pelo Conselheiro Wanderley Ávila, em face do pedido constante do documento protocolizado sob o n° 9000541900/2023, referente ao processo abaixo relacionado:

Processo: **1115285**

Natureza: Aposentadoria

Beneficiária: Nadja Barreto Rocha Guimarães

Intimado: André Luiz Goulart, Diretor-Geral do Instituto de Previdência Municipal de Uberlândia – IPREMU

**Decisão: Deferido** o pedido de dilação de prazo por **30 (trinta) dias**, para que regularize as informações enviadas. Comunico-lhe que, o descumprimento desta determinação, no prazo acima indicado, **poderá ensejar a negativa de registro do ato e aplicação pessoal de multa.** Cientifico-lhe, por fim, que o presente despacho e demais documentos produzidos no Tribunal estão disponíveis no Portal do TCEMG e que a sua manifestação e demais documentos deverão ser **encaminhados pelo FISCAP.**

## **Ministério Público junto ao Tribunal de Contas**

**PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E  
REDISTRIBUÍDOS AOS MEMBROS DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS NO DIA  
03/07/2023**

**PROCURADORA CRISTINA MELO**

Distribuição ordinária

**APOSENTADORIA**

1118081, 1124719, 1128617, 1133115, 1139453,

1140341, 1142142, 1147530, 975461, 975627,  
975679

PENSÃO  
1142052

NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE  
077.2023.522

**PROCURADOR DANIEL GUIMARÃES**

Distribuição ordinária

APOSENTADORIA

1087946, 1095753, 1118459, 1118585, 1133181,  
1140338, 1142137, 1147531, 904765, 975668,  
975686

ASSUNTO ADMINISTRATIVO –  
MULTA/APARTADO  
1127424

PENSÃO  
1116032, 1122017

**PROCURADORA ELKE MOURA**

Distribuição ordinária

APOSENTADORIA

1118048, 1133102, 1136256, 1140328, 1141146,  
1142481, 1147528, 1147532, 975395, 975666,  
975687

ASSUNTO ADMINISTRATIVO –  
MULTA/APARTADO  
1135554

DENÚNCIA  
1147756

Redistribuição

PEDIDO DE RESCISÃO

1144608 (Nomeado Procurador-Geral - Origem  
Procurador Daniel Guimarães)

**PROCURADOR GLAYDSON MASSARIA**

Distribuição ordinária

APOSENTADORIA

1098895, 1118102, 1118627, 1136282, 1140329  
1140350, 1142475, 975672, 975684

PENSÃO  
1105855

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EXERCÍCIO  
1119981

REFORMA  
1143347

REPRESENTAÇÃO  
1148635

**PROCURADORA MARIA CECÍLIA BORGES**

Distribuição ordinária

APOSENTADORIA

1107523, 1113247, 1118103, 1128943, 1133111,  
1142037, 1147529, 975654, 975675

PENSÃO  
1136250

NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE  
076.2023.095

**PROCURADORA SARA MEINBERG**

Distribuição ordinária

APOSENTADORIA

1090977, 1129748, 1133150, 1140310, 1140334,  
1142090, 1143589, 975509, 975568, 975674

DENÚNCIA  
1148595

PENSÃO  
1105848, 1136251

REPRESENTAÇÃO  
1148597

**PROCURADOR-GERAL MPC**

Redistribuição

Medidas cabíveis

PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL

1092017, 1120439, 1120452

## Presidência

## Anexo: Resumo da Folha de Pagamento de Pessoal.

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Resumo da Folha de Pagamento de Pessoal

ABRIL DE 2023

(inciso II do art.114-A da Lei Complementar nº 102/2008)

<b>Despesa com pessoal</b>	<b>Valores (Em R\$)</b>	<b>Quant.*</b>
Cargos de direção superior	1.297.082,08	18
Cargos efetivos	28.755.307,65	810
Cargos de recrutamento amplo	2.015.444,52	180
Pagamento de gratificação de serviços de segurança	25.962,13	5
Pagamento de inativos	27.462.866,31	824
Pagamento de pensionistas	66.019,62	2
<b>Subtotal</b>	<b>59.622.682,31</b>	<b>1.839</b>
Contribuição patronal	7.541.584,70	---
<b>Total</b>	<b>67.164.267,01</b>	<b>1.839</b>

<b>Retenções</b>	<b>Valores (Em R\$)</b>	<b>Quant.</b>
Contribuição previdenciária	7.488.628,41	1.823
Imposto de Renda Retido na Fonte	10.298.925,23	1.689
<b>Total</b>	<b>17.787.553,64</b>	---

\* Número de pessoas que efetivamente receberam valores no mês, podendo haver divergência em relação ao número de servidores que compõem o Quadro de Pessoal do Tribunal, em razão de afastamento não remunerado, cessão sem ônus ou outro motivo.

Leila Renault da Silva, Diretora de Gestão de Pessoas;  
Gilberto Diniz, Conselheiro-Presidente.

**Anexo: Resumo da Folha de Pagamento de Pessoal.****TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Resumo da Folha de Pagamento de Pessoal****MAIO DE 2023****(inciso II do art.114-A da Lei Complementar nº 102/2008)**

<b>Despesa com pessoal</b>	<b>Valores (Em R\$)</b>	<b>Quant.*</b>
Cargos de direção superior	1.147.564,45	18
Cargos efetivos	28.465.214,90	806
Cargos de recrutamento amplo	2.068.477,26	186
Pagamento de gratificação de serviços de segurança	25.962,13	5
Pagamento de inativos	27.228.687,27	829
Pagamento de pensionistas	66.019,62	2
<b>Subtotal</b>	<b>59.001.925,63</b>	<b>1.846</b>
Contribuição patronal	7.578.664,06	---
<b>Total</b>	<b>66.580.589,69</b>	<b>1.846</b>

<b>Retenções</b>	<b>Valores (Em R\$)</b>	<b>Quant.</b>
Contribuição previdenciária	7.450.118,25	1.825
Imposto de Renda Retido na Fonte	10.020.374,56	1.691
<b>Total</b>	<b>17.470.492,81</b>	---

\* Número de pessoas que efetivamente receberam valores no mês, podendo haver divergência em relação ao número de servidores que compõem o Quadro de Pessoal do Tribunal, em razão de afastamento não remunerado, cessão sem ônus ou outro motivo.

Leila Renault da Silva, Diretora de Gestão de Pessoas;  
Gilberto Diniz, Conselheiro-Presidente.

As publicações oficiais do Tribunal de Contas do dia 31/07/2010 e anteriores estão disponíveis nas respectivas edições do jornal "Minas Gerais".